

# **RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA**

**Aplicabilidade de bases conceituais das  
Ciências Humanas e Sociais  
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira  
Norma Valencio  
Mariana Siena  
Marco Antonio Malagoli  
(Organizadores)**

*RiMa*

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

# Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências  
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



**Antenora Siqueira**  
**Norma Valencio**  
**Mariana Siena**  
**Marco Antonio Malagoli**  
(organizadores)

*RiMa*

2015

© 2015 dos autores

## Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

## Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.  
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.  
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.  
I. Autor. II. Título.

### COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

*RiMa*

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

## Sobre os autores

**Alessandra Nascimento Bernardo:** Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

**Aline Silveira Viana:** Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências – Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline\_geronto@hotmail.com

**Antenora Maria da Mata Siqueira:** Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

**Antônio Miguel Vieira Monteiro:** Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

**Arthur Soffiati:** Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

**Cláudia Paola Cardozo:** Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta – UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH – UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

**Cláudio Carneiro:** Membro da Diretoria da AVIT – Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

**Davi Barbosa do Nascimento:** Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

**Dora Vargas:** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

**Edison Pessanha Braga:** Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

**Eymar Silva Sampaio Lopes:** Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

**Jane Nunes:** Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

**Jocimar Gonçalves Lisboa:** Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

**Juliana T. Nazareno Mendes:** Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

**Juliana Sartori:** Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Recursos Hídricos” e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

**Layla Stassun Antonio:** Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

**Leticia Aparecida Rocha:** Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

**Luana Fernandes dos Santos Azeredo:** Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

**Luciano Lourenço:** Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

**Marcello Silva da Costa:** Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

**Marco Antonio Sampaio Malagoli:** Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

**Mário Augusto Vicente Malaquias:** Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

**Neusa Francisca Nascimento:** Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

**Norma Valencio:** Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

**Renzo Taddei:** Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

**Roberto do Carmo:** Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

**Samira Younes Ibrahim:** Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

**Sérgio Portella:** Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sSPORTELLA@gmail.com

**Simone Santos Oliveira:** Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

**Thaís Lopes Côrtes:** Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

**Virgínia Garcia Acosta:** Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx



# Sumário

Apresentação ..... xi

## Seção I

### **Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências**

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização ..... 3  
*Luciano Lourenço*

La construcción social de la prevención. Un concepto  
en construcción ..... 45  
*Virginia García-Acosta*

Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas ..... 57  
*Antenora Maria da Mata Siqueira*

Desastres normais: das raízes aos rumos de uma  
dinâmica tecnopolítica perversa ..... 79  
*Norma Valencio*

## Seção II

### **Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares**

Reino da necessidade *versus* reino dos direitos: desafios e  
impasses ao assistente social em contextos de desastres ..... 123  
*Dora Vargas*

O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 ..... 141  
*Juliana Nazareno Mendes*

Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião  
de São Tomé ..... 161  
*Arthur Soffiati*

A liberdade se equipara à vida ..... 187  
*Sergio Portella*

Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia ..... 205  
*Marco Antonio Sampaio Malagoli*

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres ....	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ) .....	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro .....	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres) .....	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos .....	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água .....	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes .....	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre .....	373
<i>Juliana Sartori</i>	

### Seção III

#### Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres .....	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo .....	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão .....	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT) .....	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum .....	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico” .....	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra” .....	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ .....	509
<i>Edison Pessanha</i>	



# Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

*O mal-estar da civilização* a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de



Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



# Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)

**Cláudio Carneiro**

---

Em 12 de janeiro de 2011 ocorreu na região serrana do Estado do Rio de Janeiro uma das maiores tragédias do local, esta sem precedentes no Brasil. A tragédia contabilizou 916 mortos, 345 desaparecidos e 35 mil desalojados em toda a região serrana, isto em apenas poucas horas de chuvas torrenciais ocorridas na madrugada daquele início de ano. Apesar de tanta dor e sofrimento, testemunhamos a grande solidariedade do povo brasileiro e da população de nossa cidade, daqueles que não foram diretamente afetados.

Ainda em meio ao caos, alguns cidadãos preocupados com o pós-tragédia iniciaram uma série de reuniões, discutindo e buscando meios de apoiar e estimular, de modo organizado, os afetados pela tragédia. Então, como ação prática, um pequeno número de pessoas, começamos a visitar os bairros atingidos, ouvindo as demandas mais urgentes daquele momento. A partir das visitas, do reconhecimento das necessidades e da vontade de ajudar, foi realizada uma primeira reunião no bairro de Campo Grande, o mais afetado pelas chuvas. Essa reunião aconteceu próximo ao Bar do Edésio (já falecido), único morador que naquele momento permaneceu no bairro de Campo Grande.

Mesmo sem luz e sem condições de habitabilidade, Edésio foi símbolo na luta da população pelo reconhecimento de seus direitos. Nessa reunião ficou claro, como em outros encontros, o que se faria posteriormente nas diversas comunidades, que a série de problemas que assolavam os afetados pelas chuvas de janeiro era maior do que se imaginara. Havia falta de diálogo e transparência por parte do poder público, também falta de atendimento psicológico, de moradia (por meio do aluguel social) e outras tantas carências daquelas comunidades, as quais necessitariam de uma ação organizada e apoio a todos os afetados. Foi então observado que, após a retirada do foco das câmeras das grandes e renomadas emissoras de imprensa de Teresópolis, a notícia esfriaria e a realidade, avassaladora, que as marcas da tragédia deixaram (física, emocional, econômica), perduraria em nossa cidade por longos anos.

Assim, em assembleia realizada no dia 10 de março de 2011, com aproximadamente 500 pessoas presentes, no CEAC (espaço cedido pela igreja católica), foi fundada a AVIT, ou seja, a *Associação das Vítimas das*

*Chuvas de Teresópolis*, com o objetivo de representar, de forma institucional, todos os afetados pela tragédia de 12 de janeiro. A partir da criação da AVIT, foram promovidas reuniões regulares, já contando com uma sede provisória cedida por um sindicato de Teresópolis. Esses encontros aconteciam uma vez por semana, todas as segundas-feiras, e ocorreram por dois anos ininterruptamente, em que, com a participação dos envolvidos engajados na criação dessa associação, foi criado o lema da AVIT: “Dando voz a quem não tem voz”.

Quando a AVIT foi fundada, imaginávamos que estivéssemos criando uma associação dos afetados pelas chuvas e que estes seriam os protagonistas de toda a luta pelos seus direitos. No entanto, logo percebemos, por meio das reuniões semanais com as comunidades, nas quais cada afetado pedia a palavra para contar suas dores e perdas pessoais, que as marcas da tragédia haviam deixado sofrimentos e dores tão intensos que, naquele momento, ele não conseguia enxergar o coletivo, o sofrimento além do pessoal e o da sua família. Foram, e são, pessoas que perderam suas casas, seus pertences, seus animais de estimação, enfim, seu passado e sua história. Não perderam apenas o teto, o porto seguro. Lembro-me de casos de pessoas que não ficaram sequer com a fotografia da esposa ou dos filhos mortos na tragédia.

Então, o primeiro ensinamento que tivemos foi de que quem não sofreu diretamente com a tragédia tem o dever de ser solidário no pós-*tragédia*! Eu e meus, hoje, amigos – já que até então não nos conhecíamos – não fomos vítimas da tragédia, como também algumas outras pessoas que voluntariamente ajudam na associação. Esse foi nosso primeiro aprendizado, mas levou um tempo para entendermos isso, passamos por um processo. A pessoa que passa por uma tragédia não tem forças para ajudar a si mesma nem aos que também passaram pela mesma situação, não adianta cobrar solidariedade, entendimento ou mobilização. Isto realmente levou um tempo para entendermos.

Éramos poucos os voluntários e, sem recursos, montamos uma estratégia de focar nossas forças no principal problema: *o não pagamento do aluguel social*. Muitas famílias estavam em abrigos coletivos ou em casas de parentes (alguns destes sem estrutura emocional e sem espaço físico) e não tinham condição de pagar seu próprio aluguel, dependendo assim do auxílio dos governos municipal e estadual. Era estarrecedor o número de famílias que não conseguia receber o aluguel social, principalmente aquelas mais humildes que de forma muito simples reivindicavam um teto como abrigo.

Assim, iniciamos uma série de reuniões com os representantes do governo do Estado, da Prefeitura e da Caixa Econômica Federal a fim de buscar soluções para o problema. Apesar de entendermos que era uma situação atípica, em virtude da proporção da tragédia e pelo número de afetados, a estrutura disponibilizada pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Assistência Social, era insuficiente para cuidar de uma tragédia com aquelas proporções. Não havia nenhum processo de atendimento organizado, e a coordenação estava a cargo de pessoas que, diríamos, no mínimo eram despreparadas. As famílias afetadas iam peregrinando com documentos por várias secretarias sem conseguir resolver efetivamente os problemas.

Então, resolvemos criar o CADASTRO DA AVIT, anexando os documentos, como laudo de interdição, prova de moradia, documentos de identidade, etc., a fim de tratar de cada processo e resolver o problema. Nessa fase ainda estávamos entendendo melhor como era o funcionamento do poder público, conhecendo os processos. E assim começaram a surgir vários casos, do tipo:

- a) As contas onde eram depositados os aluguéis sociais eram contas antigas e desativadas, pois o software da Caixa procurava automaticamente o CPF do beneficiário e depositava assim na conta mais antiga e não na conta que foi aberta para a família receber o benefício.
- b) A inclusão no cadastro de beneficiários era feita, manualmente, pela Prefeitura de Teresópolis, por meio da Secretaria de Assistência Social. No entanto era passado este cadastro por *e-mails* enviados para a Secretaria Estadual de Assistência Social, mas, o endereço eletrônico para o qual eram enviados os cadastros já estava desativado, então, as inclusões não eram realizadas; assim, foram enviados vários *e-mails*, sem que houvesse efetiva inclusão do beneficiário.
- c) Beneficiários do Bolsa Família, que possuíam alguma pendência social, também não recebiam.

Conseguimos resolver alguns problemas administrativos do aluguel social mas, em determinado momento, não havia mais diálogo ou possibilidade de inclusão de outros beneficiários, segundo a Prefeitura e o Estado, e o número de aluguéis disponibilizados para atender aos afetados chegara ao limite. Então, mudamos a estratégia: para garantir o direito ao aluguel social, recorreremos à Justiça. Entramos com processos contra a Prefeitura de Teresópolis, individualmente – cerca de 800 processos –, garantindo não só o aluguel social, mas a futura indenização em forma de moradia.

Em 2011, além de toda a tragédia e seus efeitos, enfrentamos uma crise política sem precedentes em Teresópolis, que culminou com o afastamento do prefeito eleito. Embora a posse do presidente da Câmara da época sinalizasse com uma possibilidade de diálogo entre a AVIT e a Prefeitura, isso não aconteceu, pois, apesar de toda nossa luta, o governo e parte da sociedade enxergavam a AVIT como uma entidade política e não como uma entidade social, que representa de forma legítima os direitos dos afetados.

Cabe aqui esclarecer que, logo no início das atividades da AVIT, uma das propostas era a de se formar parcerias com as Associações de Moradores, entretanto, algumas delas só existiam no papel ou os presidentes eram cabos eleitorais de políticos que percebiam a AVIT como uma entidade concorrente. Assim, não foi possível estabelecer qualquer parceria entre a AVIT e essas associações. É importante registrar que o estatuto da AVIT veda a participação na diretoria de pessoas que exerçam função em cargos políticos.

A partir do momento em que a questão do aluguel social se estabilizou, outras demandas começaram a aparecer, como a falta de projetos ligados à habitação, a falta de atendimento psicológico, a falta de busca e atenção aos familiares dos desaparecidos, o fato de o atendimento no cantinho social às famílias ser lento e sem respostas, a demolição das casas negociadas, o retorno de inúmeras famílias às suas casas mesmo interditas, entre outras questões.

Então, iniciamos uma série de audiências públicas, sendo que a realizada no Hotel Alpina contou com a presença de mais de 1200 pessoas. Para as audiências foram convocados autoridades das esferas estadual e municipal, membros do Ministério Público Estadual e Federal, representantes dos direitos humanos e das empresas públicas responsáveis pelas obras, o INEA (Instituto Estadual do Meio Ambiente) – a respeito das áreas de alagamentos – e o EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro) – a respeito das áreas que demandam a contenção de encostas. Esses eventos permitiram à população colocar suas dúvidas e seus descontentamentos e também possibilitaram que os entes públicos prestassem contas de suas ações. Um ponto positivo das audiências provocadas pela AVIT foi nossa demonstração de mobilização e organização. Porém, de efeito prático pouco ficou além da prorrogação do aluguel social – que já está no seu quarto ano – e da CPI da Região Serrana, instaurada pela Assembleia Legislativa Estadual, mas sem nenhum legado aparente.

Constatamos que era preciso iniciar um processo de conscientização da sociedade, já que os efeitos da tragédia são problemas de todos os moradores de Teresópolis e não só dos que foram diretamente afetados por ela. Em 2013 implantamos o Fórum Permanente de Habitação Popular de Teresópolis, com reuniões semanais no auditório da empresa *Alterdata*, em que vários seguimentos da sociedade foram convidados a debater sobre os atingidos pela tragédia que continuam sem moradia e também ampliar o olhar para as famílias que residem em áreas de risco, por conta da falta de uma política de habitação social em nossa cidade.

Por intermédio do Fórum Permanente de Habitação, propusemos uma ação popular para alteração da Lei Orgânica do Município, destinando-se 3% das receitas próprias do município de Teresópolis para o Fundo de Habitação Municipal de Interesse Social (FHMIS). Após a coleta de mais de cinco mil assinaturas, em dezembro de 2013, foi apresentada à Câmara Municipal de Teresópolis a proposição, sendo aprovada por todos os vereadores. Ainda com a ajuda do Fórum de Habitação, cadastramos a AVIT no processo de habilitação do programa Minha Casa Minha Vida (MCMVE), do governo federal, sendo publicada em 24 de setembro de 2014 nossa habilitação para a construção de 200 unidade habitacionais.

No dia 12 de janeiro de 2012, completado um ano da tragédia, realizamos uma grande mobilização na praça principal da cidade (Praça Baltazar da Silveira), com aproximadamente 500 pessoas. O objetivo foi o de criar o Dia da Memória, no qual pudemos lembrar amigos e parentes falecidos na tragédia, além de ouvir as comunidades em seus sofrimentos e reclamações de abandono por parte do poder público. O Dia da Memória já está em seu 4º ano e tem uma grande missão, que é entender o passado e propor construir uma cidade mais justa e segura para nossos filhos e netos no futuro!